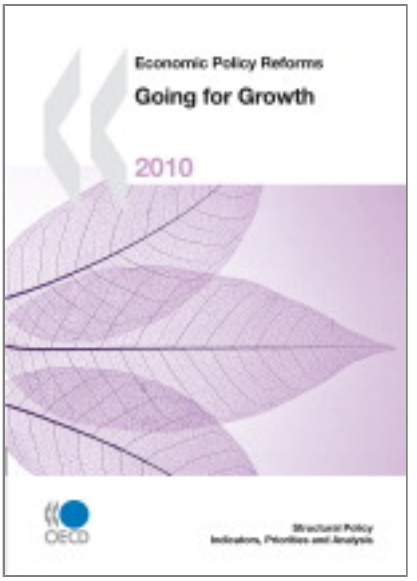
OECD *Multilingual Summaries*

Going for Growth 2010

Summary in Portuguese



A caminho do Crescimento 2010

Sumário em Português

- O mundo enfrenta actualmente o rescaldo da pior crise financeira desde a Grande Depressão. A Caminho do Crescimento 2010 examina as medidas de política estrutural que foram adoptadas para responder à crise, avalia o seu possível impacto no crescimento económico a longo prazo e identifica as mais imperativas reformas necessárias para reforçar a retoma. Para além disso, fornece uma avaliação global da política das reformas implementadas nos países membros da OCDE nos últimos cinco anos para impulsionar o emprego e a produtividade do trabalho. As áreas de reforma incluem os sistemas educativos, regulação do mercado de produto, políticas agrícolas, sistemas de impostos e de prestações sociais e políticas de saúde e de mercado de trabalho.
- Os indicadores fornecidos comparáveis internacionalmente permitem que os países avaliem o seu desempenho económico e as políticas estruturais num vasto leque de áreas.
- Além disso, este tema contém três capítulos analíticos abrangendo a mobilidade social intergeracional, regulamentação prudencial e concorrência no sistema bancário e desafios-chave da política no Brasil, China, Índia, Indonésia e África do Sul.

Going for Growth 2010 - ISBN 978-92-64-07996-0 © OECD 2010

Os países da OCDE sofreram uma crise financeira importante que conduziu à maior recessão desde a Grande Depressão. De forma a salvar o sistema financeiro, os governos e os bancos centrais deram rapidamente passos sem precedentes e foi adoptado um vasto leque de medidas políticas que, em geral, parecem ter preparado o terreno para uma retoma gradual.

À medida que a retoma se vai consolidando, as acções rápidas que foram tomadas como resposta à crise terão de ser reexaminadas para se verificar se ajudam no apoio ao avanço sustentável. No relatório do ano passado, foram enunciados princípios para políticas que poderiam apoiar a procura a curto prazo, enquanto que simultaneamente ajudariam a garantir um crescimento sólido a longo prazo. O primeiro capítulo ("Responding to the Crisis", Capítulo 1) examina detalhadamente a actual política de respostas em todos os países da OCDE. Ressaltam três conclusões principais:

- Até agora, os países da OCDE têm evitado os principais erros de política estrutural dalgumas crises anteriores, como é o caso da imposição de severas medidas proteccionistas ou políticas de mercado de trabalho altamente prejudiciais como o são os regimes de reforma antecipada. Foram adoptadas outras medidas que ajudarão a conter os prejuízos da crise a longo prazo relativamente aos níveis de vida materiais e protecção social, como por exemplo nas áreas de I-D, infra-estrutura, impostos sobre o trabalho e políticas activas do mercado do trabalho.
- Avançando, no entanto, permanecem riscos significantes. Com a probabilidade de o desemprego se manter elevado durante algum tempo, os governos irão enfrentar pressões para manter ou introduzir medidas do mercado de trabalho que, se consolidadas, podem reduzir, de forma duradoura, a utilização de mão-de-obra. Da mesma forma, dependo da magnitude e composição do ajuste em impostos e despesas, a muito necessária consolidação das finanças públicas podem afectar os níveis de rendimento a longo termo.
- Em geral, a urgência da reforma estrutural tem sido reforçada pela crise. Tal é especialmente válido para a necessidade de reformar a regulação financeira. São igualmente necessárias reformas noutras áreas, como é o caso dos mercados de trabalho e de produtos, onde possam acelerar a retoma, ajudar a consolidar as finanças públicas de forma a proteger o crescimento a longo prazo e, nalguns casos, contribuir para reduzir os actuais desequilíbrios financeiros.

Neste contexto de uma forte necessidade de reforma no rescaldo da crise, o panorama de reformas (Capítulo 2) avalia o progresso que cada país tem feito nos últimos cinco anos num vasto leque de áreas de política estrutural onde a acção do governo impulsionaria o crescimento a longo prazo. Na edição deste ano, as notas dos países (Capítulo 3) sublinham igualmente as prioridades que se afiguram serem as mais urgentes a tratar durante a retoma. Apesar da profundidade e extensão da crise, as diferenças no PIB per capita não se alteraram muito e, em grande medida, podem explicar-se através de factores de política estrutural que são as bases nas quais as prioridades de política estrutural são identificadas em A Caminho do Crescimento. Os principais modelos de reformas que emergem do inventário efectuado durante o período de 2005-2009 são os seguintes:

- Os países da OCDE seguiram a política de prioridades de A Caminho do Crescimento desde 2005. Dois terços destes adoptaram algumas acções legislativas anualmente em, pelo menos, uma das suas áreas de prioridade.
- Ao mesmo tempo, as reformas têm sido tipicamente, no fundo, mais incrementais que radicais, e muitas não foram suficientemente ambiciosas para garantir a eliminação das prioridades equivalentes de A caminho do Crescimento. Além disso, o ritmo da reforma estrutural parece ter abrandado recentemente.
- Existe uma vasta variação entre os países que têm sido mais activos em reformas estruturais desde 2005 em termos de geografia, dimensão e níveis de rendimento, embora na maioria sejam pequenas economias da OCDE.
- A experiência de anteriores reformas revistas neste capítulo confirma que estas são mais fáceis de serem realizadas onde envolvem apenas benefícios e poucos ou nenhuns custos a curto prazo, e mais fáceis de levar a cabo onde possam afectar os interesses a curto prazo de grupos específicos, como investidores em exercício, agricultores ou "insiders" do mercado de trabalho.

Esta edição de A Caminho do Crescimento contém igualmente capítulos temáticos sobre a mobilidade social intergeracional, regulação prudencial e concorrência no sistema bancário, bem como uma aplicação da metodologia de A Caminho do Crescimento para o Brasil, China, Índia, Indonésia e África do Sul.

O capítulo sobre mobilidade social intergeracional ("A Family Affair", Capítulo 5) examina a forma como a política de reformas pode remover obstáculos colocados à mobilidade social e, assim, promover a igualdade de oportunidades entre os indivíduos. Estas reformas podem melhorar a equidade e acentuar o crescimento económico facilitando a aplicação de recursos humanos na sua melhor utilização. Da análise dos recentes modelos

transfronteiriços na mobilidade social intergeracional e as suas ligações às políticas públicas, emergem as principais conclusões seguintes:

- Os antecedentes parentais e socioeconómicos influenciam os resultados dos descendentes ao nível da educação, rendimentos e salários em praticamente todos os países que dispõe de dados, no entanto, as diferenças entre os países são amplas. A mobilidade em termos de rendimentos entre pares de pais e filhos é especialmente baixa em França, Itália, Reino Unido e Estados Unidos, enquanto que a mobilidade é mais elevada nos Países Nórdicos, Austrália e Canadá.
- O sistema de salário com bónus substancial associado ao facto de se crescer numa família melhor instruída e a correspondente penalidade do facto de se crescer numa família menos instruída, varia igualmente entre os países Europeus da OCDE. São particularmente amplos nos países do Sul da Europa, bem como no Reino Unido.
- A influência dos estatutos socioeconómicos dos pais nos resultados dos estudantes ao nível do ensino secundário é particularmente forte na Bélgica, França e Reino Unido, enquanto que é mais fraca nalguns Países Nórdicos, bem como no Canadá e na Coreia.
- É provável que as desigualdades no ensino secundário se traduzam em desigualdades no ensino superior e consequentemente em desigualdades salariais.

As políticas educativas, como a promoção do ensino pré-escolar e miscibilidade social nas escolas, ou evitar o alinhamento precoce de estudantes, possuem um papel-chave na explicação das diferenças observadas na mobilidade social intergeracional entre os países. As políticas de apoio à redistribuição e ao rendimento estão igualmente associadas com uma maior mobilidade social intergeracional.

O capítulo sobre regulação prudencial e concorrência no sistema bancário ("Getting it Right", Capítulo 6) explora a existência de possíveis compromissos entre estabilidade e concorrência no sector financeiro. A recente crise financeira ilustrou a importância da estabilidade no sector bancário, enquanto que os ganhos potenciais da concorrência se encontram bem estabelecidos. Nas actuais propostas e acções para reforçar a regulação prudencial, é necessário prestar atenção não apenas á estabilidade mas igualmente à preservação dos benefícios já bem estabelecidos da concorrência do mercado financeiro. As principais constatações são as seguintes:

- As relações entre os indicadores da regulação prudencial e medidas sumárias de concorrência no sistema bancário não apontam para a regulação prudencial como tendo efeitos adversos no reforço da concorrência. Assim, pode não haver compromisso geral entre a estabilidade do sector financeiro e os objectivos da concorrência.
- Algumas áreas da regulação prudencial, muito particularmente a força da autoridade de supervisão bancária, parecem mesmo ter sido associadas com maior concorrência no sistema bancário, possivelmente porque uma supervisão forte ajuda a nivelar as condições de concorrência entre todos os concorrentes.
- Apenas nalgumas áreas específicas, como restrições de entrada e propriedade, as medidas para reforçar a regulação prudencial parecem enfraquecer a concorrência.
- O efeito das regulações prudenciais na concorrência do sistema bancário parece depender da força da supervisão. Por exemplo, parece que autoridades de supervisão fortes mitigam os efeitos anticoncorrenciais de regulações de entrada e propriedade estritas.

Um capítulo final (Capítulo 7) aplica o quadro de A Caminho do Crescimento da OCDE ao Brasil, China, Índia, Indonésia e África do Sul – colectivamente referidos como os "BIICS" – que são as maiores economias nas suas regiões respectivas. O enfoque do capítulo trata de como alcançar ou manter elevadas taxas de crescimento e assim assegurar a actualização do nível de vida relativo à área da OCDE a longo prazo. A análise no Capítulo sugere um certo número de áreas comuns para reformas em curso nos BIICS:

- Rápidas melhorias no acesso à educação resultaram em taxas de conclusão do ensino secundário semelhantes às dos países da OCDE para jovens coortes (embora menos na Índia), que bem pressagia crescimento com produtividade sustentável. Por outro lado, muitos aspectos da regulação do mercado de produto são menos favoráveis para a concorrência nos BIICS em comparação com a metade superior dos países da OCDE.
- A persistência de grandes sectores informais em muitos dos BIICS e uma utilização de mão-de-obra extremamente baixa na África do Sul justifica uma estratégia multifacetada enfatizando a facilitação do emprego no sector formal. A este respeito, as políticas de reformas importantes incluem o aumento do capital humano e da flexibilidade de mercado, simplificação dos sistemas de tributação e redução da pesada regulação do mercado de produto.
- Os direitos de propriedade e instituições legais podem ser reforçados nos BIICS, especialmente na China e Indonésia. Igualmente, existe um considerável espaço para reforçar o quadro para a aplicação da política nestes dois países bem como no Brasil.

- Os mercados financeiros são geralmente menos profundos nos BIICS que na metade superior dos países da OCDE, implicando baixos níveis de inclusão financeira e um papel mais limitado para a intermediação financeira. As políticas orientadas para profundidade financeira, incluindo regulação melhorada, podem impulsionar a dimensão das empresas, acumulação de capital e produtividade.

A aplicação do quadro de A Caminho do Crescimento para os países BIICS é mais difícil do que para os países da OCDE, uma vez que, actualmente, o leque completo de indicadores de política e desempenho não se encontra disponível em todos estes países. Além disso, com as suas extensivas diferenças relativamente a algumas das economias da OCDE, a incorporação dos BIICS no A Caminho do Crescimento aumenta a heterogeneidade da cobertura de países. No entanto, o exercício ilustra a flexibilidade e a solidez do quadro de A Caminho do Crescimento, que será refinado como parte da total integração de novos países no exercício dos anos subsequentes.

© OECD 2010

Este sumário não é uma tradução oficial da OCDE.

A reprodução deste sumário é permitida desde que sejam mencionados o copyright da OCDE e o título da publicação original.

Os sumários multilingües são traduções dos excertos da publicação original da OCDE, publicada originariamente em Inglês e Francês.
Encontram-se livremente disponíveis na livraria on-line da OCDE
www.oecd.org/bookshop/

Para mais informações, entre em contato com a OECD Rights and Translation unit, Public Affairs and Communications Directorate.
rights@oecd.org
Fax: +33 (0)1 45 24 99 30

OECD Rights and Translation unit (PAC)
2 rue André-Pascal
75116 Paris
França

Visite nosso sítio www.oecd.org/rights/